

A origem do retalho

Conhece a palavra «larim»? Provavelmente não, pois designa uma barra de prata, geralmente dobrada, que funcionava como moeda na Pérsia e na Índia portuguesa, e que neste território valia entre sessenta e oitenta reis. Na atualidade, há reminiscência desta designação na Geórgia, cuja unidade monetária é o «lári», com curso em notas e que se divide em «tetris», as moedas de valor menor. Se não conhece a designação «larim», a probabilidade de desconhecer outras designações como siclo, besante, denário, semisse, maravedi, florim ou ceitil, é muito elevada, pois correspondem a moedas que tiveram o seu curso em geografias muito diversas, desde a antiga Judeia a Roma, passando por Bizâncio, pelos califados árabes, por Espanha, Itália e, no caso do ceitil, em Portugal. Relativamente à moeda portuguesa, não obstante algumas controvérsias sobre a sua origem, começa a ser profusamente cunhada no reinado de Afonso V e prolonga-se até ao reinado de D. Sebastião.

A referência ao larim, enquanto moeda, pode remeter-nos para formas de pagamento do mesmo tipo, como, por exemplo, os anéis de metal usados pelos povos celtas no espaço geográfico europeu, para as moedas chinesas furadas, no formato de espadas, postas em bordões já pelo século IV a.C., para diversos metais, facas, discos de pedra, bois, chaves, e outros objetos com alto valor de troca. Sabe-se hoje que, na antiga Mesopotâmia, grãos de cevada serviam já de moeda de troca três mil anos antes de Cristo nascer e que conchas ou anéis fabricados com conchas cumpriam o mesmo efeito. É também, hoje, sobejamente conhecido o valor fiduciário do sal como forma de pagamento do trabalho realizado e o significado da palavra salário como medida de pagamento de tal trabalho. Implícitas em todas estas denominações e respetivo uso estão inscritas, ora a ideia de troca, ora a ideia de pagamento. Na origem, o processo de troca de produtos tinha na sua génese uma lei de

equilíbrio: tu dás-me o produto x e eu dou-te o produto z, e desta forma sobreviveremos. O excesso de produção de alguns elementos e a dificuldade de os escoar num âmbito restrito deve ter originado aquilo que se designa hoje como comércio.

O desenvolvimento da agricultura e da pecuária, baseado em ferramentas e técnicas cada vez mais evoluídas, bem como o alargamento das geografias em que se processavam as trocas comerciais, fortaleceram este comércio que, de local, rapidamente se tornou geral. O envolvimento crescente de pessoas, a necessidade de produtos cada vez mais escassos, os gastos de transporte, a par de outros fatores relevantes, tudo potenciou a complexidade comercial e as formas de pagamento. A necessidade da moeda como elemento facilitador do processo comercial tornou-se então evidente. Não é possível identificar, na história humana, o momento inicial do comércio nem, correlativamente, o momento inicial das vendas por grosso ou a retalho. Sabemos, isso sim, dos processos de pagamento e das moedas atrás mencionadas, como os grãos de cevada, o sal, o denário romano ou o ceitil portugueses.

E sabemos, ainda, das formas de pagamento atuais que, baseadas em tecnologias progressivamente mais complexas, tendem a ultrapassar o uso do metal e da nota para se alicerçarem em cartões de débito e crédito ou em bitcoins cada vez mais sofisticadas. A facilidade de contacto internacional explica-nos, hoje, de que forma é múltiplo, complexo e diferente, todo o processo de compra e venda de produtos, e de que forma se organizam e expõem diferentes culturas comerciais. Mais do que saber o momento exato de nascimento do retalho, tarefa aliás impossível, importa analisar e conhecer o conjunto imenso de factos e circunstâncias que o explicam e fundamentam. É isso que tentaremos fazer nos próximos capítulos.